# Debate

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 30/4/202
Aceito: 1º/10/2021
Ano de publicação: 2023

**Revista Terceira Margem Amazônia**
(v. 8 • n. 20 • 2023)

**Como citar:**

ROCHA, A. C. de O. O movimento sem-terra e o campesinato amazônico. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 173-178, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p173-178.

# O MOVIMENTO SEM TERRA E O CAMPESINATO AMAZÔNICO

*André Carlos de Oliveira Rocha*[1]

O campesinato, em seus coletivos de pensamentos, construiu uma ideia, um território imaterial, uma leitura, uma interpretação que desembocou em métodos, teorias e metodologias de lutas, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que construiu espaços e territórios de cultivo de mudanças de realidade. Existe um campesinato amazônico? Qual o seu diferencial? Quais as influências e especificidades da luta em território amazônico? O MST se amazonizou na região?

## Considerações Iniciais

A Amazônia não é um espaço vazio, existem povos e comunidades que habitam esse território, seja na cidade ou no campo (e floresta); existe, portanto, um campesinato amazônico. Essa classe, que vive do seu trabalho e de íntima relação com o território e a natureza, tem categorias que se diferenciam, a saber: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses de fronteira.

O grande diferencial do campesinato amazônico é, de modo geral, a íntima relação com a natureza, o convívio com a floresta e seus recursos naturais. Isso leva a um enfrentamento com o capital agro-hidrominerador na região, ou seja, o agronegócio, o hidronegócio e a mineração, que visam à superexploração dos recursos naturais.

[1] Engenheiro-agrônomo, mestre em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: agro.andre@yahoo.com.br
https://orcid.org/0009-0000-9704-9203 36

Essa relação com a natureza, que inclusive é propagada como algo natural, em que o campesinato é defensor da biodiversidade, é, antes de tudo, uma estratégia política de sobrevivência e reprodução social. Sem essa relação de manutenção da biodiversidade, o campesinato não conseguiria se reproduzir enquanto classe no bioma amazônico.

O campesinato de fronteira (MARTINS, 1997), no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está incluso, nem sempre manteve necessariamente essa relação com a natureza. O MST, que tem nesse campesinato sua base social, incluindo trabalhadores vindos dos garimpos desativados, teve como foco, na luta pela terra, o enfrentamento com o latifúndio. Porém, mais recentemente, vem assumindo estratégias de desenvolvimento dos assentamentos com a agroecologia e o desenvolvimento dos sistemas agroflorestais (SAFs). Essa é a amazonização do MST.

**Partindo da perspectiva histórica dos movimentos como MST, MPA, MAB, Via Campesina, nos últimos 10 anos de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento de implantação e fortalecimento do agronegócio, que mudanças você aponta no processo de resistência na construção de alternativas ao modelo capitalista hegemônico?**

## Formas de organização e conteúdo da luta

Nesse caminhar, a fase do MST-PA como uma grande frente de massa para ocupação de latifúndios foi abrindo espaço para construção de outras frentes de luta, como educação, comunicação, etc. Nos anos 2000, com o declínio das lutas organizadas pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente após a eleição de Lula, o MST assume a tarefa de ampliar a organização do campesinato no Pará, fortalecendo a construção da Via Campesina no estado (ROCHA, 2015).

Essa construção atinge o auge entre 2005 e 2011, com diversas lutas e atividades, além da construção do Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA). Mais de mil camponeses(as) do MST, atingidos por barragem, indígenas e pequenos agricultores fizeram acampamento em Belém, em abril de 2007, para reivindicar direitos, políticas públicas e defesa da biodiversidade.

Outra ação emblemática foi a ocupação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale, em 2007. A ação contou com mais de 300 pessoas e visava pressionar o governo do estado a atender as pautas de reivindicação do MST-PA.

Após um período de mobilização das massas, ações e organização de parcela do campesinato amazônico, mais especificamente no Pará, Maranhão e Tocantins, ocorre uma diminuição desse processo e certa desarticulação da Via Campesina. No Pará, mesmo faltando a participação de indígenas e quilombolas, a Via Campesina inicia uma retomada no final da década 2010 com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), fortalece sua base social, suas lutas e sua organização, e com o retorno das articulações dos movimentos que compõem, na perspectiva de construção de uma agenda de lutas comum. Essa retomada, porém, foi freada mais uma vez, devido à pandemia de Covid-19.

Certamente a mudança mais substancial no conteúdo e na forma da luta no MST-PA é a bandeira da agroecologia e a construção de experiências agroecológicas, sejam familiares ou coletivas. Além disso, passou a participar de feiras agroecológicas, da agricultura familiar ou da reforma agrária, em âmbito local, regional, estadual ou nacional.

Apesar de já existirem experiências agroecológicas no MST-PA desde 2005, como, por exemplo, o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Lapo), é a partir de 2015 que se amplia o debate e se aumentam os esforços de socialização e construção de iniciativas agroecológicas, como pode ser constatado no trabalho de Rocha e Nobre (2017).

Esse processo de desenvolver os assentamentos, avançar na produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, articular trabalhadores do campo e da cidade, o MST vem chamando de reforma agrária popular.

**Nos últimos anos observamos que as políticas governamentais de distribuição de renda promoveram, de certa forma, "qualidade de vida" à população. Para o campesinato, outras políticas públicas também contribuíram para essa melhoria como, por exemplo, a educação no campo, o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros programas de auxílio às famílias, lutas históricas. Essas políticas superaram a perspectiva revolucionária do movimento?**

## Políticas públicas e a luta do MST-PA

Na construção da reforma agrária popular, as políticas públicas têm uma função importante, garantir direitos básicos conquistados com luta pela classe trabalhadora, a fim de que se tenha qualidade de vida nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária.

Neste sentido o movimento acessou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com os cursos de Pedagogia, Agronomia, Geografia, Técnico Agropecuário, o qual fortaleceu a luta, pois capacitou trabalhadores(as) para atuarem em prol da classe trabalhadora. Contudo, não fortaleceu a organicidade interna do Movimento, pois a maioria dos(as) trabalhadores(as) formados, foram trabalhar em outros espaços, como por exemplo escolas e secretarias municipais, e não no MST.

A importância do Pronera para os(as) camponeses(as) pode ser explicitada quando, após o golpe de 2016, o programa vai se definhando sob o governo Temer, e encerrado sob o governo Bolsonaro.

Outras duas políticas públicas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNEA), as quais pouco o MST-PA tem acessado, devido a dificuldades burocráticas. Contudo, esses programas têm fortalecido organizações econômicas (cooperativas) camponesas, além de associações comunitárias. Apesar de fortalecer essas organizações, inclusive estimulando o surgimento de várias dessas (ROCHA, 2020), não necessariamente fortalece processos de luta, pois essas organizações não estão em enfrentamento e organizando processos de luta contra o capital na região.

**Como a luta camponesa, no decorrer da história, se relacionou com as especificidades amazônicas das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas que, pela história, resistiram–re-existem pela lógica do uso de áreas comuns e os estreitos vínculos entre a terra, rios, florestas, a ancestralidade, rituais e práticas culturais tomadas por esses grupos como expressão da identidade no/pelo território?**

## Velhos conflitos, novos sujeitos

Considerando o período da década de 1980, quando surgiu o MST, aos dias atuais, a luta esteve inicialmente protagonizada pelo campesinato de fronteira. Nos últimos anos, protagonizada pelos indígenas, como mostram os dados de 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre conflito no campo, em que o grupo que mais se envolveu em conflito, com 38%, foram os povos indígenas, seguidos pelos sem terras e assentados (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022).

O cenário é de aumento de conflitos na última década (COELHO *et al.*, 2021), sendo "ainda preocupante e alarmante [...], pois a cada ano agravam-se mais esses conflitos e consequentemente a violência no campo" (LOPES; SANTOS, 2020, p. 118). E continuam os autores, "os grupos (camponeses, quilombolas, indígenas) reivindicam apenas o seu direito de possuir um local no qual possam viver, produzir e se sustentar, mas enquanto os seus direitos não são atendidos, eles sofrem duramente perseguições, mortes e ameaças" (LOPES; SANTOS, 2020, p. 118).

Nos conflitos por terra, quem estava no olho do furacão era o campesinato de fronteira, dentre o qual o MST, que teve vários(as) militantes ameaçados(as) de morte, ou mesmo assassinados. Atualmente são os povos indígenas que estão sofrendo mais diretamente o ataque do capital tutelado pelo Estado, com invasão de suas terras por madeireiros e garimpeiros. De certa forma, chancelado pelo discurso e pelas ações do governo, como, por exemplo, desmonte dos órgãos públicos como Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

**Que princípios gerais e diálogos com a Amazônia devem estar presentes quando se pensa em um campesinato na Amazônia? Como essa diversidade amazônica participa do projeto de transformação social do movimento camponês?**

## Por um projeto camponês

É uma necessidade histórica, e a conjuntura exige a construção de um projeto camponês para a Amazônia, uma proposta que gere unidade entre as organizações, que permita enfrentar o capital e construir uma sociedade baseada em justiça social. Assim, retomar uma iniciativa do MST-PA, a perspectiva de construção de um bloco histórico, na conceituação de Gramsci, buscando construir hegemonia e orientar as lutas (ROCHA, 2015).

Um projeto que fundamentalmente deve combater a concentração fundiária, inserindo a luta por reforma agrária, lembrando que deve incluir a cidade, os(as) trabalhadores(as) urbano(as). Deve propor cuidar dos bens comuns, com formas coletivas de apropriação e uso, formas coleti-

vas de cooperação e reciprocidade (SABOURRIN, 2009). E precisa contemplar as organizações camponesas de luta, bem como suas estruturas econômicas, como, por exemplo, as cooperativas.

Mais do que o conteúdo, a forma de construção desse projeto deve ser olhada com atenção. São fundamentais espaços coletivos e organizações que estão em luta contra o capital. Portanto, passa por uma Via Campesina articulada e ampliada, com organizações indígenas, em que pese suas divergências e diferenças, e com organizações quilombolas.

Ressalta-se que, para que tenha êxito, um projeto camponês para a Amazônia (e para o Brasil) precisa de apoio da classe trabalhadora da cidade. Essa tão falada, em gritos de ordem, aliança campo-cidade, mais do que nunca, precisa ser estabelecida. Com 84,72% da população brasileira, e mais de 70% da população amazônica, vivendo na zona urbana (IBGE, 2015), esse apoio é fundamental.

**Que contradições as organizações camponesas enfrentam para fazer avançar a sua perspectiva de manutenção enquanto representação do campesinato? Quais são as principais fragilidades do campesinato frente aos seus opositores?**

## Contradições e fragilidades a serem enfrentadas

Considerando o conjunto das organizações camponesas, existem algumas contradições e fragilidades que precisam ser superadas. Uma primeira contradição é o apoio e a energia dispensados à luta eleitoral em detrimento da luta social. A luta eleitoral pode até cumprir um papel importante, pois no poder legislativo se elaboram ou revogam leis (e com elas direitos), o executivo realiza essas leis, porém sem pressão popular por meio da luta social, os direitos não são conquistados e transformados em lei, podendo até mesmo serem perdidos.

A segunda contradição é ausência de unidade perante um inimigo comum. Em meio a diferenças de concepções e divergências de táticas e estratégias de luta, prevalecem as decisões individuais (de cada organização), enfraquecendo a capacidade reativa e criativa ante as investidas do capital.

Além disso, as organizações camponesas apresentam certa fragilidade no que tange a suas formas organizativas e de luta. Estas têm se mantido, até de maneira exitosa, sempre na resistência; não conseguindo, porém, dar conta de uma ofensiva. Mészáros (2002) fala que é fundamental e necessário sair da postura de resistência e construir uma ofensiva socialista.

**Quais os principais potenciais aliados políticos do campesinato? Como se visualiza o futuro do campesinato na Amazônia?**

## Considerações finais e desafios para o futuro

Existem muitos desafios para as organizações camponesas na Amazônia, com vistas a enfrentar o modelo do capital: a) construir um bloco histórico camponês; b) estimular e realizar um

volume grande de luta de massas; c) priorizar a formação de quadros; d) construir instrumentos de comunicação alternativos; e) ampliar as formas de organização do campesinato a partir da cooperação; f) construir unidade de ação nos centros urbanos; g) ampliar a participação política e econômica das mulheres; h) massificar as experiências de controle do território e poder popular.

Sendo assim, impõem-se duas tarefas concretas e concomitantes, a construção de uma agricultura camponesa de base ecológica e a construção de mercados de circuito curto, com os princípios da economia solidária e popular na sua mais revolucionária raiz.

É preciso construir uma ofensiva camponesa, que passa pela defesa do território, pela construção da agroecologia e fortalecimento de formas de cooperação, incluindo as cooperativas.

Para isso as organizações camponesas precisam ser de, e fazer, luta e enfrentamento. Só dessa forma se pode conquistar políticas públicas que garantam os direitos dos(as) camponeses(as). Só assim, se conseguirá avançar em uma agricultura camponesa de base ecológica, fazendo frente ao agronegócio e garantindo segurança e soberania alimentar para o campo e para a cidade.

## Referências

COELHO, A. L. A.; SILVA, A. M. N.; CLEMENTE, E. C. Conflitos e violência no campo: casos registrados em Goiás na última década (2011-2020). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais...** [S.l.]: ANPEGE, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio – PNAD**. 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=resultados. Acesso em: 6 jul. 2022.

LOPES, J. S.; SANTOS, R. W. P. dos. Conflitos e violências no campo brasileiro: um panorama dos últimos anos. **Geografia: Publicações Avulsas**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 104-119, jul./dez. 2020.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. Atualidade histórica da ofensiva socialista. *In*: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 787-860.

ROCHA, A. C. de O. **O MST e a luta pela terra no Pará**. Marabá: Editorial Iguana, 2015. 76 p.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

ROCHA, A. C. de O.; NOBRE, H. G. Limites e perspectivas da transição agroecológica em assentamentos rurais no nordeste paraense. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 275-306, jul. 2017.

SABOURRIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 329 p.

Revista Terceira Margem

# AMAZÔNIA

## Memória e ação política do campesinato na Amazônia

## 20

A Revista Terceira Margem Amazônia, periódico semestral especializado para publicizar temas referentes e correlatos à Amazônia, comemora 10 anos de existência. Fundada em 2011 por um grupo de militantes de movimentos e organizações sociais, alunos de pós-graduações, professores, pesquisadores e intelectuais orgânicos, que atuavam/atuam na pesquisa, ensino e extensão das universidades públicas e privadas, como também, na assessoria a organizações coletivas da Amazônia.